FIOCRUZ

súmula

34

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – MANGUINHOS

ANO VII • MARÇO • 1990

PREÇOS RESTRINGEM ACESSO A REMÉDIOS

Desde outubro do ano passado, com a liberação dos preços praticados pela indústria farmacêutica, os remédios vêm sofrendo aumentos acima da inflação, afugentando das farmácias os clientes das mais variadas camadas sociais. Quem faz esta constatação é Manuel Lopes dos Santos diretor do Hospital São Paulo, da Capital paulista, acentuando que o custo de uma receita para pneumonia, por exemplo, nunca é inferior a NCz$ . . . . 1.000,00.

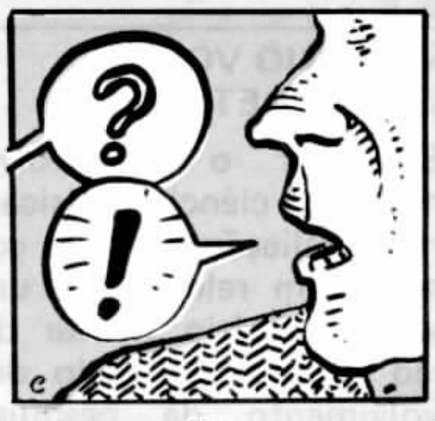
O Presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de São Paulo, Omilton Visconde, tem, entretanto, uma opinião diferente: "o remédio brasileiro continua sendo o mais barato da América Latina. O problema não está nos preços, mas na falta de poder aquisitivo da população".

Segundo cálculos do IBGE, de janeiro a novembro do ano passado, período em que a inflação acumulada estava na casa dos 1.197%, as despesas com saúde e cuidados pessoais, que incluí a compra de remédios como um dos principais itens, atingiram um percentual de reajuste da ordem de 1.463%.

Quem compra qualquer medicamento, seja no estabelecimento que for, não precisa de muito esforço para constatar os repetidos aumentos. Basta retirar, uma a uma, as diversas etiquetas colantes que alteram sempre para cima os preços dos remédios.

"Com investimentos, setor público poderia atender a 95% da demanda nacional"

Acentuando que o problema está diretamente relacionado com os baixíssimos salários da maioria do povo brasileiro – "que não ganha nem o suficiente para comer, muito menos para comprar remédio" – o diretor de Far-Manguinhos (unidade produtora de medicamentos da Fundação Oswaldo Cruz), Eduardo Vieira Martins, afirma que o Brasil é um dos países que menos consome medicamentos no mundo e garante que os laboratórios do setor público – 13 em todo o país – têm condições de atender a 95% da demanda nacional, "desde que existam reais investimentos e uma política que efetivamente priorize este setor".



Eduardo Vieira Martins frisa que o super-faturamento de matérias-primas praticado pelas indústrias farmacêuticas, principal causa da elevação de preços dos medicamentos, soma, entre outros fatores, aos baixos salários dos brasileiros, faz com que o consumo per capita/ano com remédios corresponda no Brasil a 11 dólares. "Um absurdo gritante se compararmos o consumo per capita/ano de outros países como o Japão (166 dólares), Alemanhã (136 dólares), França (127 dólares), EUA (100 dólares), Suécia (73 dólares), Reino Unido e Espanha (51 dólares), Portugal (41 dólares) e Argentina (31 dólares). Nesta lista, o Brasil é o lanterninha, com apenas 11 dólares".

Na opinião do farmacêutico Eduardo Vieira Martins, somente a definição de uma política governamental e efetivos investimentos para o setor poderá levar os laboratórios oficiais – "que hoje funcionam de forma ociosa" – a operarem de acordo com as necessidades do país.

– Hoje, levando em conta a forma como funciona o setor público de assistência à saúde – atendendo o que é possível – os laboratórios oficiais suprem 90% da demanda. Com a mesma capacidade instalada, entretanto, só poderá atender a 50% da necessidade, caso seja adotado um programa real de assistência à saúde na rede oficial. E é bom que se diga que o setor público, já é responsável por quase 70% do atendimento à saúde – acentuou o diretor de Far-Manguinhos, para concluir:

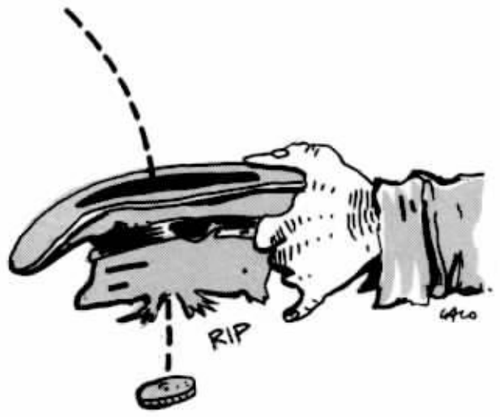
– Os 13 laboratórios oficiais do país têm, entretanto, projetos de expansão e dispõem de tecnologia para atender 95% da demanda nacional em termos de medicamento para a população. Faltam apenas vontade política dos governantes e recursos financeiros.

RECURSOS

O QUADRO É PREOCUPANTE

O quadro não é nada animador para a área de Ciências e Tecnologia para 1990. Com a aprovação do Orçamento da União para este ano pelo Congresso, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) assegurou mais NCz$ 150 milhões além dos NCz$ 877 milhões já previstos no projeto original encaminhado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República ao Legislativo. Mas a soma destes recursos, que deve ser considerada em valores de maio do ano passado, é inferior ao orçamento programado para o setor em 1990, que era de NCz$ 1,38 bilhão (também em valores de maio) e muito distante do pleiteado inicialmente pela então Secretaria de Ciência e Tecnologia (Sect) à Seplan, que somava NCz$ 2,89 bilhões.

O Congresso já se manifestou favorável a promover, se for do interesse do novo Presidente da República, uma revisão dos valores aprovados, o que ocorreria em julho deste ano. Para piorar a situação do setor, dos NCz$ 150 milhões aprovados de acréscimo para 1990, cerca de NCz$ 80 milhões são da chamada "programação especial", isto é, só serão efetivamente alocados caso haja reserva de recursos obtidos com possíveis economias nos campos fiscal e administrativo.



VER PARA CRER

SÃO PAULO TESTA A AÇÃO DO STERILAIR

Os médicos do Hospital do Servidor Público de São Paulo estão realizando uma pesquisa capaz de confirmar a eficácia do aparelho Sterilair, fabricado pela Yashica, que já vendeu 350 mil unidades no Brasil. Segundo o anúncio feito pela multinacional em todo o País, o aparelho é capaz de reduzir a 5% o número de ácaro (micro-organismo responsável por dois terços das crises alérgicas) e fungos existentes em um cômodo de até 20 metros cúbicos.

Uma equipe de dez médicos do Serviço de Alergia e Imunologia do hospital acompanhará durante um ano um grupo de 100 pacientes alérgicos que estarão usando o aparelho em seus quartos. 100 aparelhos serão instalados nos quartos, sendo que metade deles irá efetivamente funcionar. Nem os médicos nem os pacientes saberão quais estão efetivamente ligados. Uma vez por semana, pesquisadores visitarão os pacientes, medindo a umidade do ambiente e a quantidade de fungos, ácaros e antígenos presentes no ar. Os antígenos são proteínas que se espalham a partir das partículas fecais dos ácaros e são o alimento preferido desses organismos.

ENTREVISTA

Enio Candotti

FALTA DE VERBAS ESTÁ PARALISANDO O SETOR

A situação de precariedade de recursos para a área de ciência e tecnologia é, na opinião do físico Ênio Candotti, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), extremamente semelhante à ocorrida no ano passado, quando a falta de investimentos causou graves danos ao setor, que hoje encontra-se praticamente paralisado por falta de verbas. Por isto mesmo, ele considera imprescindível a mobilização dos profissionais e instituições do setor, objetivando melhorar o orçamento previsto.

Ênio Candotti frisou que, mesmo insuficientes, os recursos previstos só foram assegurados graças à atuação da SBPC e outras entidades, uma vez que não haviam **verbas firmes** (que independem de legislação especial ou excesso de arrecadação para garantí-las) para áreas fundamentais como, por exemplo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do qual dependem cerca de 70% dos laboratórios de pesquisa do País. "O Ministério de Ciência e Tecnologia, recriado, formalmente, sem uma política efetiva para o setor, não se manifestou sobre a então inexistência de verbas firmes para o FNDCT", frisou o Presidente da SBPC.

Ênio Candotti observou ainda que dos NCz$ 877 milhões do projeto inicial, quase NCz$ 200 milhões são condicionais, outros NCz$ 200 milhões destinam-se a pagamento de pessoal e NCz$ 300 milhões para bolsas de estudos, enquanto pouco mais de NCz$ 100 milhões estão reservado para todo o resto, que inclui o auxílio à pesquisa, através do FNDCT. Além disso, dos NCz$ 150 milhões adicionais, também aprovados, NCz$ 80 milhões não são **firmes,** pois dependem de excesso de arrecadação".

C & T

MINISTÉRIO VOLTA A SER SECRETARIA

Estimular o desenvolvimento das ciências básicas, que na avaliação do novo governo foram relegadas a um papel secundário diante da opção preferencial pelo desenvolvimento da pesquisa aplicada, é uma das prioridades do Governo Collor de Mello na área da pesquisa. O antigo Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia, Evaldo Alves, responsável pela elaboração do programa de governo de Collor de Mello para a área de ciência e tecnologia, diz que a política para o setor irá conter mudanças significativas.

Uma das principais mudanças será o retorno do Ministério novamente à condição de Secretaria ligada à Presidência da República

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE
súmula

SÚMULA é editada pelo RADIS — Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde, projeto desenvolvido pela **Escola Nacional de Saúde e pelo Centro de Informações para a Saúde** da **Fundação Oswaldo Cruz,** com a colaboração do **Inamps, Coordenador do Projeto RADIS** — Ary Carvalho de Miranda; **Editor Responsável** — Álvaro Nascimento; **Texto** — Álvaro Nascimento, Rogério Lannes Rocha e Jane Paiva; **Ilustrações** — Carlos Xavier (Caco); **Banco de Notícias** — Sinval Brandão; **Secretária** — Jandira Vilhena; **Banco de Dados** — Luis Fernando de Oliveira; **Aux. Administrativo** — Marisa Aguiar e Marco Antônio Aguiar.
Tiragem — 42 mil exemplares; **Distribuição** — Direta, via correio.
Assinatura — Grátis, em conjunto com TEMA, DADOS e PROPOSTA — Jornal da Reforma Sanitária, Programa RADIS — Av. Brasil, 4036 — Salas 509/511/513/515 — Cep 21040 — Manguinhos — RJ — Tel.: (021) 260-7979.
SÚMULA é uma publicação mensal destinada a oferecer um resumo comentado das principais notícias veiculadas na imprensa nacional. As fontes nas quais se baseia são os jornais **O Globo, Jornal do Brasil, Última Hora, Tribuna da Imprensa, O Dia, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, e Gazeta Mercantil, além das revistas Veja, Isto É/Senhor, Afinal e Ciência Hoje.**

ORÇAMENTO

SAÚDE SEM RECURSOS

Aprovado o Orçamento da União para 1990 pelo Congresso Nacional, a área da Saúde se vê novamente em crise devido à falta de recursos e o grande número de políticas que deve desenvolver para superar as deficiências do setor. O Congresso alocou para este ano apenas 2,74% do Produto Interno Bruto (PIB) para a saúde, o que representa um orçamento de NCz$ 13,073 bilhões.

Apesar de, em relação ao PIB, o orçamento de 1990 ser maior que o de 1989 (que só alcançou 2,18%), ele é ainda insuficiente para suprir a demanda do setor. Para se ter uma idéia de como o Brasil hoje gasta pouco com saúde, já entre 1975 e 1979 o País alocava 4,2% de seu PIB no setor. Se comparado a países como a França (que gasta 8,5% de seu PIB com saúde e os Estados Unidos (que gastam 11,1% de seu PIB), o Brasil necessitaria triplicar seus investimentos na área para se equiparar às Nações mais desenvolvidas, uma tarefa não muito difícil para quem ostanta a posição de oitava economia do mundo capitalista.

SAÚDE MENTAL

A BUSCA DE UM NOVO MODELO

A substituição do modelo de manicômio tradicional por uma estrutura arquitetônica mais aberta, permitindo que o doente fique em contato com o mundo externo, foi uma das principais iniciativas da direção atual do Centro Psiquiátrico Pedro II, no Rio de Janeiro

A Unidade Hospitalar Médico Cirúrgica do Centro será transformada em Hospital Geral, aberto à comunidade dos 22 bairros da área. "O homem é um ser social e a doença dele pode ser recuperada quando ele está em relação com o mundo. É preciso usar de métodos alternativos, ao invés dos tratamentos tradicionais, à base de altas doses de medicamentos ou eletrochoques", afirma o médico Carlos Augusto de Araújo Jorge, diretor geral do centro.

ENTREVISTA

André Médici

"RECURSOS SE CONFRONTAM COM A CONSTITUIÇÃO"

O economista André Médici, professor do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) considera que — embora superiores, em termos reais às verbas do ano passado, que foram de 9,6 bilhões de cruzados novos, 2,18% do PIB — os recursos destinados à saúde para 90 são insuficientes e confrontam com a Constituição, que assegura 30% do orçamento da Seguridade Social à Saúde, até a aprovação da Lei Orgânica da Saúde, em tramitação. Esses NCz$ 13,073 bilhões correspondem apenas a 22% do orçamento da seguridade, um retrocesso em relação aos dois últimos anos, quando a Previdência chegou a destinar à saúde 36% de seu orçamento.

André Médici fez estas considerações partindo do pressuposto de que o orçamento em questão estaria englobando os três orçamentos determinados pelas novas diretrizes orçamentárias, fixadas pela Constituição, que estabeleceu os orçamentos da União, das Estatais e da Seguridade Social, sendo este último também composto pelas contribuições aos trabalhadores e das empresas, das contribuições sobre o faturamento e o lucro, as cotas previdenciárias, a transferência de verbas da própria União, e recursos do PIS/Pasep.

Sem deixar de considerar que a definição percentual do PIB para este ou qualquer item corresponde apenas a uma projeção, "pois não dá para saber agora em quanto ficará o PIB de 90", André Médici enfatizou a necessidade de os setores comprometidos com a saúde se mobilizarem na perspectivas de negociações que visem uma maior destinação de recursos federais, mais participação dos estados nos orçamentos da saúde e mecanismos que garantam aos estados e municípios o recebimento destes recursos, questão que está sendo definida na Lei Orgânica em tramitação, garantindo o repasse automático de 50% das verbas.

— Não se pode permitir a permanência do clientelismo que caracterizou a distribuição das verbas do Suds no ano passado. A maioria dos estados e municípios do País não conseguiu desenvolver o Suds, à exceção de alguns, como São Paulo, que conseguiram avançar neste sentido, devido à autonomia financeira obtida com recursos do orçamento do próprio Estado e a adoção de uma política de racionalização de custos e expansão de cobertura na assistência.

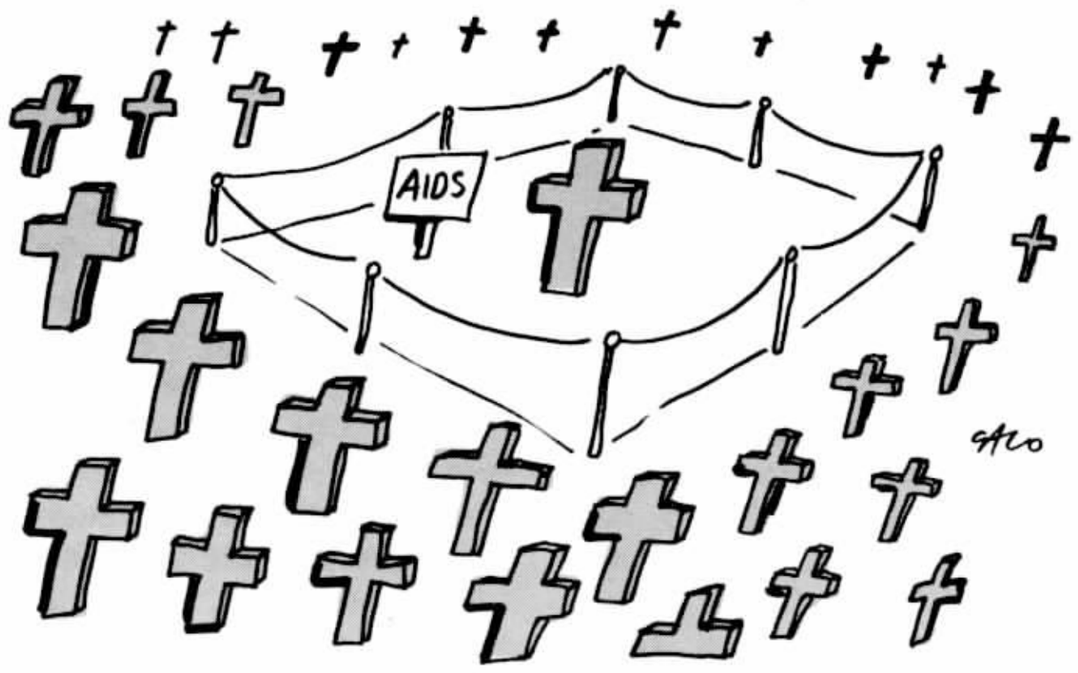
MORTALIDADE INFANTIL

ÍNDICES CAEM NO SUL

O Rio Grande do Sul pode ser considerado um dos estados com menores índices de mortalidade infantil do País. Em 1988, a taxa chegou a 21.7 mortes em cada grupo de mil crianças nascidas vivas até um ano de idade, menos da metade que em 1971, quando a taxa era de 52,59 por mil. Os dados são da Secretaria Estadual de Saúde e podem ser comparados ao levantamento do Ministério da Saúde — feito em 1986 — que apresentava uma taxa média para o país de 60 óbitos por grupo de mil crianças nascidas vivas até um ano de idade.

Segundo a pediatra Lídia Maria Felix Penna, uma das coordenadoras do Programa de atenção Integral à Saúde da Criança da Secretaria, a redução dos índices vem se acentuando desde 1985.

— Há, entre outras iniciativas, o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento neurológico da criança e o estímulo do aleitamento materno, que previnem doenças como a desidratação, uma das principais da mortalidade infantil — acentuou Lídia Penna.



AIDS NO BRASIL

METADE DOS AIDÉTICOS JÁ MORREU

Até 2 de dezembro de 1989, o Brasil registrou 9.443 casos de Aids, elevando em 2,38% o número de registros efetuados de 1980 até outubro do ano passado, quando haviam 9.223 casos (8.283 em homens e 940 mulheres). Segundo Lair Guerra de Macedo, diretora da Divisão de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde, o recente levantamento feito pelo órgão em 13 estados, revela um número crescente de casos entre os usuários de drogas, seguido das relações sexuais. Exclui-se desses resultados o Estado do Rio de Janeiro que, conforme informações da mesma fonte, não apresentou seus dados.

Dos 220 novos casos (dos quais 163 de São Paulo), ocorreram 96 óbitos que somam-se aos 4.617 existentes até outubro, correspondendo a 50,1% do total de casos registrados.

Lair Guerra de Macedo acentuou que a doença não se restringe somente aos grupos de risco, vitimando também heterossexuais e crianças. No Brasil, até novembro do ano passado, 162 crianças foram infectadas pelas mães antes, durante e após o parto.

AIDS NO MUNDO

1989 TERMINA COM 200 MIL CASOS

O número total de casos de Aids notificados oficialmente no Mundo já ultrapassou a marca dos 200 mil, quase o dobro do número registrado até o final de 1988 (132.976). Segundo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgado em Genebra, até 31 de dezembro último existiam 203. 599 notificações da doença, número que bem caracteriza sua rápida expansão.

Os Estados Unidos se mantêm na liderança, com 113. 211 casos, que corresponde a um caso para cada 2.173 habitantes. O Brasil está em segundo lugar com 8.064 casos (dados até meados de outubro), um para cada 18.647 brasileiros. O terceiro e o quarto países com maior número de notificações da doença são a França, com 8.025 (um para cada 6.936 franceses) e Uganda, com 7.375 (um aidético para cada 1.712 pessoas).

A excessão dos EUA, que dispõem de sofisticado sistema de recolhimento de dados sobre saúde, estes números, segundo a OMS, são considerados imprecisos, devido as dificuldades de recolhimento de informações no Terceiro Mundo. Calcula-se que o número real possa chegar a duas ou até três vezes mais que o oficial.

ENTREVISTA

Jonathan Mann

DADOS ALARMANTES SÃO UM DESAFIO PARA O BRASIL

Cientista político, historiador, médico e epidemiologista, Jonathan Mann é diretor do Programa Mundial contra a Aids da OMS (Organização Mundial da Saúde). Considerando a doença um grande desafio para o Brasil – país que já visitou duas vezes – ele acentua a necessidade de todos se conscientizarem para a gravidade do problema e diz que, independentemente do nível sócio-econômico ou da preferência sexual, qualquer pessoa está vulnerável à Aids e suas consequências.

RADIS – Como o senhor analisa o fato de o Brasil ser o segundo país mais afetado pela Aids?

MANN – Os dados são alarmantes. É necessário reconhecer que esta doença é um desafio para o Brasil. A vulnerabilidade é a mesma nas grandes cidades e no interior, sendo necessário reconhecer a difícil tarefa de controlar e diminuir a transmissão da doença num país tão vasto e complexo.

RADIS – Quais seriam as formas mais efetivas de controlar a doença ?

MANN – Educar, informar e apoiar. Você não pode dizer simplemente a alguém para mudar seu comportamento, parar de se drogar, por exemplo. É necessário uma base social, serviços de saúde. A Aids atinge a todos. direta ou indiretamente. Mesmo que um brasileiro não se sinta em perigo devido a seu comportamento, ele deve reconhecer que ao nível do círculo social, somos todos vulneráveis.

RADIS – Por que a Aids é considerada um problema político?

MANN – Por duas razões básicas. Para lutar contra a Aids, em qualquer país, é preciso reconhecer que a Aids existe no sistema social, exigindo cuidados primários de saúde, e que este sistema possui certos desequilíbrios, assim como problemas na distribuição de bens sociais. Lutar contra a Aids é lutar contra certos problemas já existentes, como a toxicomania, a prostituição, os problemas sociais e políticos e educar sexualmente as crianças.

ANÚNCIO DUVIDOSO

EUA ANUNCIAM E DESMENTEM CURA

A cura da Aids através de transplantes da medula óssea e dose maciças de AZT chegou a ser anunciada por pesquisadores da Escola de Medicina da Universidade Johns Hopkins, de Baltimore, Estados Unidos, no final de dezembro, mas acabou sendo desmentida, dois dias depois, por uma das principais autoridades em Aids do Governo norte-americano, Anthony Fauci, diretor do Instituto Nacional de Alergias e Doenças Infecciosas de Bethesda.

A informação inicial originou-se no caso de um paciente homossexual que tinha câncer de medúla óssea e Aids. Tratado com AZT e submetido a um transplante de medula, não resistiu e acabou morrendo. Na autópsia, entretanto, teria sido constatado o desaparecimento do vírus e os pesquisadores imediatamente anunciaram a possibilidade de cura. Para Fauci, entretanto, embora não deva ser totalmente desconsiderada, a conclusão de que esse tratamento é eficaz foi prematura, pois não foram feitos testes semelhantes em cadeia em doentes infectados que não sofreram transplantes de medula.

UM AVANÇO

LEI DESBUROCRATIZA O ABORTO EM MINAS

A Câmara Municipal de Belo Horizonte (MG) aprovou uma lei obrigando os hospitais da rede municipal a atenderem mulheres violentadas ou que apresentem uma gravidez de alto risco que queiram fazer aborto, bastando para isso a apresentação do registro policial de ocorrência. A autora do projeto de lei é a Vereadora Neusa Santos, do PT, que afirmou que a sua iniciativa busca, apenas, "fazer cumprir um dispositivo do Código Penal que já existe há 19 anos".

Hoje, o Código Penal só permite o aborto após o processo ter sido julgado, o que o torna, na maioria das vezes, inevitável, pois a setença judicial não sai antes da vigésima semana da gravidez, limite máximo permitido por médicos para a realização do aborto.

Além da demora na tramitação dos processos, a Vereadora denunciou que existem muitos interessados em manter as clínicas de abortos clandestinos:

— É igual ao jogo do bicho. Todo mundo sabe que existe e onde funciona, mas nada se faz para impedir sua atuação, disse ela.

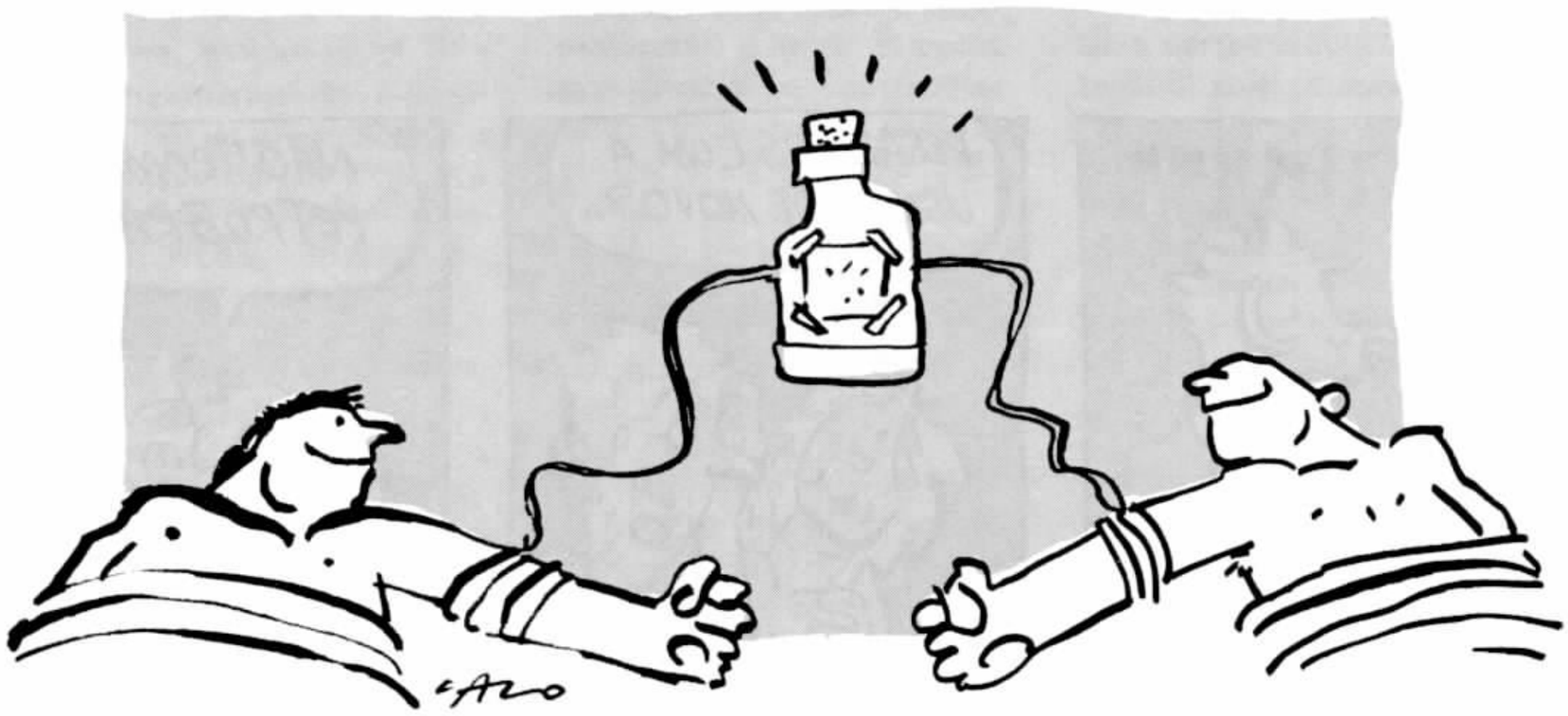
MEDICAMENTOS

NOVO REMÉDIO EVITA TRANSFUSÕES

O Ministério da Saúde liberou a comercialização do medicamento Eprex, fabricado pelo laboratório suíço Sylab Farmacêutico Ltda. O remédio — composto pelo hormônio natural eritropoietina, que estimula a produção de glóbulos vermelhos no organismo — elimina a necessidade de os pacientes com insuficiência renal realizarem transfusões de sangue.

No Brasil há cerca de 100 pacientes com insuficiência renal crônica que utilizam o Eprex, importando o medicamento diretamente do laboratório suiço — do grupo Jonhson & Jonhson — pelo preço de US$ 80 a ampola, (aproximadamente NCz$ 1.100, pelo câmbio oficial), valor que somado aos custos do frete eleva o preço para NCz$ 1.500, inacessível para a maioria da população.

A subsidiária brasileira do laboratório suíço vai negociar com a Cacex a isenção do pagamento de 40% do imposto de importação, para tornar o preço do produto mais acessível ao paciente. Segundo Mário Ferreira Santos, representante do Sylab no Brasil, o governo acabará sendo o principal comprador do produto, caso continue a oferecer o tratamento aos pacientes com insuficiência renal gratuitamente, sendo este um dos principais motivos para que a multinacional insista na liberação ou redução do imposto cobrado. O Eprex deverá estar sendo comercializado no País já no mês de abril.



VIGILÂNCIA

CONTAMINAÇÃO EM SÃO PAULO

Laranja brasileira e maçã argentina com agrotóxicos cancerígenos, pimenta-do-reino com areia, pão francês sem proteína e massa de pão e leite tipo B com coliformes fecais. Estes foram os resultados de análises feitas pela Secretaria Municipal de Abastecimento de São Paulo (Semab), a partir de amostras colhidas em supermercados, padarias e outros estabelecimentos, e que concluíram pela condenação dos produtos, considerados impróprios para o consumo.

Na análise que resultou na condenação dos cinco primeiros produtos, 30 alimentos foram testados e, segundo Vera Lúcia Barral Hiritani, assistente de direção da Semab, que é médica veterinária, os técnicos esperavam encontrar um número maior de alimentos fora de condições de consumo. Disse que, apesar da limitação da amostragem, os resultados mostraram que os paulistanos podem ter uma alimentação segundo os padrões de saúde estabelecidos em lei.

Em relação ao leite, segundo a veterinária-sanitarista Sílvia Regina do Amaral Vignola, diretora do Departamento de Vigilância Sanitária da Semab, foram constatados altos índices de bactérias do grupo coliforme, além de coliformes fecais em amostras do tipo B das marcas Flor de Nata e Leco. Relatório sobre a análise foi encaminhado ao Ministério da Agricultura, responsável pela inspeção dos produtos de origem animal, que já teve problemas com a fábrica do leite Flor de Nata, que já foi multada anteriormente.

ASSISTÊNCIA

SUDS SOFRE COM A FALTA DE VERBAS

Cerca de 240 leitos desativados por falta de funcionários no setor de enfermagem e segurança, precariedade de pessoal no berçário e falta de medicamentos na farmácia. Estes foram os principais problemas constatados no Hospital Ipiranga, em São Paulo, recentemente vistoriado por uma comissão composta por representantes do Conselho Regional de Medicina, do Sindicato dos Médicos e da Associação Paulista de Medicina.

A vistoria foi solicitada pela médica Hildete Rangel, Presidente da Comissão de Ética do hospital, que responsabilizou o Escritório Regional de Saúde-3, ligado ao Suds, pelos problemas existentes. Ela acusou o não repasse de verbas, que já provocou o cancelamento do contrato da empresa que prestava segurança — por falta de pagamento —, e poderá levar a firma que faz manutenção da caldeira a parar pelo mesmo motivo.

Comissão formada pelas mesmas entidades também vistoriou os hospitais estaduais Cândido Fontoura e Sapopemba, na Zona Leste de São Paulo, constatando que ambos convivem com o problema permanente de falta de pessoal. Único hospital infantil da região, o Cândido Fontoura, está com o Pronto-Socorro paralisado e a UTI (Unidade de Terapia Intensiva) nunca funcionou. "Para ativar o Pronto-Socorro, que atendia a 10 mil crianças por mês, seria necessário contratar mais 152 profissionais, entre médicos e auxiliares", garante a direção do hospital.

ANGRA DOS REIS

SOMANDO O MEDO À DEGRADAÇÃO

Uma das áreas litorâneas mais valorizadas do Brasil, Angra dos Reis, na região Sul do Estado do Rio, sofre com o temor de um acidente nuclear desde que ali foram instaladas as usinas de Angra-I e II. Não bastasse isso, a população sofre, agora, com a poluição causada pelos superpetroleiros da Petrobrás que navegam pela Baía da Ilha Grande e o esgoto **in natura** lançado no mar. Segundo a Prefeitura da cidade, a degradação ambiental está sendo causada também pela especulação imobiliária, que está exterminando com os manguezais preciosos ao ecossistema local, sendo inclusive protegidos pela legislação ambiental.

Segundo o biólogo Mário Moscatelli, assessor de planejamento da Prefeitura, "sessenta por cento dos nossos manguezais já foram **pro pepino**". Ele cita dois exemplos gritantes da degradação de Angra: os projetos imobiliários da Costabella Empreendimentos e da Inicial Engenharia. A primeira desmatou e aterrou cerca de 30 mil metros quadrados de mangue para construir um condomínio, enquanto a outra construiu uma estrada de 1.800 metros ligando a Ilha do Jorge (onde construiu outro condomínio fechado) ao continente, cortando ao meio um manguezal onde mais de 200 mil metros quadrados ficaram isolados do mar, comprometendo seriamente o seu futuro.

O fim dos manguezais acabará, a longo prazo, com a atividade pesqueira em Angra, já que funcionam como verdadeiras "maternidades" de diversas espécies de peixes e crustáceos, que lá encontram abrigo e proteção. Para se ter uma idéia, entre junho de 87 e julho de 88, a Baía da Ilha Grande produziu cerca de 96 mil quilos de camarão; de junho de 88 a junho de 89, a produção caiu para apenas 57 mil quilos.

MORTE ANUNCIADA

DENUNCIADAS EMPRESAS QUE DESTRÓEM OZÔNIO

Um grupo ambientalista norte-americano denunciou 3.014 indústrias daquele país pela destruição da camada de ozônio protetora da Terra por excesso de liberação de três produtos químicos. Entre estas empresas estão a IBM, a General Motors e a Vulcan. O Conselho de Defesa dos Recursos Naturais, órgão que fez a denúncia, espera que a população pressione as indústrias para que reduzam a emissão de clorofórmio metílico, tetraclorido de carbono e um tipo de clorofluorcarbono conhecido como CFC-113. A acusação foi feita com base em dados sobre a emissão de produtos tóxicos levantados pelo próprio governo americano e obtidos através da lei federal do **direito de saber.**

O objetivo da divulgação do relatório, até então secreto, é exigir que as companhias parem de usar esses produtos e pesquisem substitutos para essas substâncias que não afetem o ozônio. O Conselho afirma que "sem uma ação imediata e severa", a intensificação dos raios ultravioleta na Terra causará milhões de novos casos de câncer de pele e outros problemas de saúde, além de danos irreparáveis ao meio ambiente.

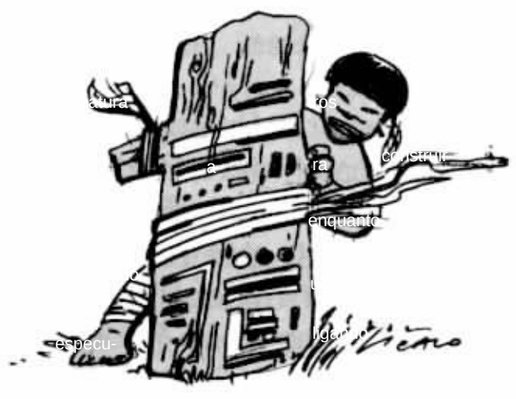
MORTE NA SELVA I

MALÁRIA MATA 400 YANOMAMIS

Médicos, enfermeiros e laboratórios contratados pela Funai que contaram com o apoio de técnicos da Fundação Oswaldo Cruz, entidades religiosas e outros organismos governamentais, tentaram retomar uma campanha que já fracassara várias vezes: controlar a malária na Bacia Amazônica. O alvo desta vez foram os índios Yanomamis, que enfrentaram no início do ano uma epidemia que matou mais de 400 índios. O pico da doença ocorre normalmente nesta época do ano, quando o verão equatorial torna ideias as condições de proliferação do mosquito anofelino, principal transmissor da malária.

O aumento da malária em áreas indígenas demarcadas é resultado da invasão de garimpeiros desde 1987, quando começou a "corrida do ouro" em Roraima. A presença de mais de 50 mil garimpeiros elevou acentuadamente os casos da doença.

Um diagnóstico preliminar feito por uma equipe da Funai na aldeia de Paapiú, em Roraima, apontou um índice de infestação da doença que chega a atingir 90% dos Yanomamis com malária do tipo falciparum, o mais grave e mortal da doença.



MORTE NA SELVA II

FIOCRUZ TRATA SURTO NA RESERVA SURUÍ

Técnicos da Fundação Oswaldo Cruz deslocaram-se da sede da instituição, no Rio de Janeiro, para a divisa entre Mato Grosso e Rondônia, com o objetivo de realizar um inquérito sorológico em todos os índios suruís, atingidos por um surto de **paracocciodioidimicose**, uma doença de difícil detecção, muito parecida com a tuberculose.

O médico Carlos Coimbra, que chefia a equipe da Fiocruz, explicou que a doença é causada por um fungo encontrado nas florestas tropicais que se aloja nos pulmões e se transforma em parasita, alastrando-se por todo o corpo até causar a morte. O doente sente dores no peito e escarra sangue e nem mesmo os exames de Raio-X detectam a doença.

Suspeita-se que o aparecimento da doença esteja ligado às transformações ecológicas e à troca de culturas agrícolas na região. O arroz e o milho estão sendo substituídos pela cultura do café, que exige manuseio diário. O parasita que causa a **paracocciodioidimicose** encontra-se nas poeiras do café e nos detritos causados pelo desmatamento.

O convênio assinado entre a Funai (Fundação Nacional do Índio) e a Fiocruz prevê o tratamento tanto da **paracocciodioidimicose**, quanto da tuberculose entre os índios da Reserva Suruí.

"ABRE ASPAS"

"Os melhores médicos do Mundo são a Dra. Dieta, a Dra. Tranqüilidade e a Dra. Alegria"
• Jonathan Swift, escritor irlandês.

"Sempre temos vazamentos de petróleo aqui na Baía da Ilha Grande. Hoje, a gente tem mais medo da Petrobrás do que da usina atômica".
• Hugo Lobão, Presidente da Associação de Moradores e Amigos de Angra dos Reis, sobre a poluição do mar no litoral sul do Estado do Rio.

"O manguezal é a maternidade de diversas espécies de peixes e crustáceos, que lá encontram abrigo e alimentação fácil. Ao destruir o manguezal, quebra-se a origem da cadeia alimentar, destruindo um ciclo de vida de organismo que se obrigam nessas áreas. Desmatar manguezal é suicídio".
• Mário Moscatelli, biólogo e Assessor de Planejamento da Prefeitura de Angra dos Reis, sobre a ocupação desordenada do litoral sul do Estado do Rio pela especulação imobiliária para construir condomínios de alto luxo.

"O Governo deveria gastar recursos para ordenar a atividade do garimpo e não para remover os garimpeiros daqui. Se houver ordenadamento do trabalho, os garimpeiros poderiam até pagar royalties aos índios pela exploração do ouro em suas terras".
• José Alves da Silva, Vice-Presidente da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), sobre a garimpagem em terras indígenas já demarcadas.

DENGUE

SURTO HEMORRÁGICO PREOCUPA MINISTRO

Embora nenhum caso de dengue hemorrágico tenha sido registrado nas fronteiras da Venezuela com o Brasil — no país vizinho foram confirmados 71 casos com 11 mortes —, o Ministro da Saúde, Seigo Tsuzuki, anunciou que está sendo acionado, por precaução, um sistema de vigilância epidemiológica, através da Sucam, (Superintendência de Campanhas), com prioridade aos estados atingidos pelo surto de dengue do tipo 1 no último verão, entre eles o Rio de Janeiro, Alagoas e Ceará, já que a doença atinge diretamente as pessoas que já foram infectadas no primeiro surto.

A Sucam também decidiu intensificar a vigilância na fronteira com a Venezuela, enviando um laboratório móvel e técnicos a Roraima, visando evitar a penetração do vírus no país.

ESQUISTOSSOMOSE

DOENÇA É SÓCIO-ECONÔMICA

O Programa Especial de Controle da Esquistossomose (Pece) começou de maneira inadequada, sem consulta à comunidade científica, realizou gastos desnecessários e privilegiou o tratamento clínico, deixando em segundo plano os aspectos de educação sanitária e de controle dos moluscos transmissores. A opinião é do diretor científico do Centro de Pesquisas René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz, Naftale Kátz, na abertura do II Simpósio Internacional de Esquistossomose, que ocorreu de forma simultânea à II Reunião Nacional de Esquistossomose, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte.

— A esquistossomose é uma doença sócio-econômica e demanda hoje decisões políticas mais do que técnicas, disse ele, sugerindo a definição de uma metodologia única de controle, voltada principalmente para a adoção de medidas de saneamento eficazes.

ENTREVISTAS

Paulo Magalhães e Márcio Dias

SUCAM DIZ QUE SITUAÇÃO ESTÁ CONTROLADA E MÉDICO DISCORDA E FAZ ALERTA

A ameaça de dengue hemorrágico, com a proliferação dos mosquitos **Aedes aegypti** e **Aedes albopictus** durante o verão, continua gerando polêmica entre especialistas que atuam no setor de vigilância epidemiológica. O diretor da Sucam do Rio, por exemplo, Paulo Magalhães, não vê riscos de aparecimentos da doença em sua forma mais grave, a hemorrágica:

— A situação está sob controle e ficaríamos ainda mais tranqüilos se as comunidades se conscientizassem das medidas que devem tomar para evitar a proliferação dos focos — disse, acrescentando que trabalham na estratégia da Sucam um total de 2.900 agentes de saúde pública 59 educadores sanitários e 16 médicos.

Observando que o número de profissionais envolvidos no combate aos focos de mosquitos está muito aquém das necessidades reais. o Chefe do Centro de Epidemiologia e Controle de Doenças da Secretaria Municipal de Saúde de Niterói (RJ), Márcio Dias, ex-coordenador da Campanha Estadual de Combate à Dengue, manifesta opinião diferente:

— Não adianta tapar o sol com a peneira. Também não podemos fazer alarde. Mas temos que mostrar a gravidade da situação. É lógico que existem riscos de adquirirmos a dengue hemorrágica, com consequências imprevisíveis para a população.

MENINGITE B

PAÍS VOLTA A IMPORTAR VACINA CUBANA

O Brasil retomou a importação da vacina cubana contra a meningite do tipo B. As vacinas estão chegando em grandes quantidades à Fundação Oswaldo Cruz, que está envasando o produto em frascos de 25 doses. O cronograma de distribuição das vacinas aos estados foi definido pela Comissão Nacional de Meningite do Ministério da Saúde. O tempo previsto para o trabalho de envasamento e testes de potência e contaminação, realizados pela Fiocruz, é de 35 dias.

A decisão de retomar a importação da vacina foi tomada depois que Cuba concordou em repassar a tecnologia do envasamento do produto. O Ministério da Saúde anunciou que não cessaram as discussões para que o Brasil venha a conseguir a tecnologia de produção da vacina.

REGISTRO GERAL

CONTROLE BUSCA EVITAR CONTAMINAÇÃO DE ALIMENTOS EM S. PAULO

A Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo acaba de elaborar um ambicioso projeto de controle de alimentos, destinado a detectar a presença de elementos tóxicos como fertilizantes, pesticidas, fungos, metais, antibióticos e hormônios em produtos postos à venda. A implantação do projeto – que custará algo em torno de NCz$ 4 milhões – segue orientação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (Unesp), conduzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que desde 1972 recomendam o monitoramento rotineiro de alimentos em todos os países do Mundo.

O projeto será coordenado pelo Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde e pretende apontar níveis de contaminação alimentar de acordo com dietas semanais padrão. Segundo a química Myrna Sabino, do Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, a dieta do brasileiro apresenta grandes dificuldades para ser monitorada pelas diferenças geográficas. A solução, ainda segundo ela, foi encontrada no último levantamento realizado em 1984 e publicado nos Anais do 7º Simpósio Brasileiro de Alimentação e Nutrição, que apontou cinco variações de cardápios básicos.

PESQUISADORES TRAÇAM ESTRATÉGIA PARA REDUZIR CASOS DE CÂNCER

Pesquisadores que se reuniram no Rio de Janeiro no 6º Simpósio Internacional do Câncer aceitaram um desafio ambicioso: chegar ao ano 2000 com um índice de sobrevivência à doença de 75% dos pacientes. Hoje, metade dos que têm câncer morre nos primeiros cinco anos após a detecção da doença.

– O desafio de 75% não é só uma possibilidade remota. Associações de vários países acreditam que será possível a redução do número de mortes, afirma Jacques Crozemarie, Presidente do Conselho Coordenador de Pesquisa do Câncer da França.

Para conseguir a redução, os pesquisadores traçaram duas estratégias básicas: melhorar a prevenção e usar as novas técnicas da biologia molecular para conseguir diagnósticos mais precoces e tratamentos mais eficazes. Apesar de toda a pesquisa voltada para os tratamentos, é na prevenção e no diagnóstico que estão as maiores esperanças dos cientistas para combater a expansão do câncer. Para eles, a diminuição do consumo do tabaco e do álcool, associadas a dietas mais sensatas, será também um fator determinante, a nível individual, para se reduzir o número de casos da doença do Mundo.

EVENTOS

• **I Congresso Mineiro sobre Adolescência**

De 27 a 31 de março, em Belo Horizonte. Temário: O adolescente num mundo em transformação, o adolescente e a escola, o Vestibular, fracasso escolar na adolescência, análise crítica da escola no Brasil, o adolescente e a família, sexualidade e contraceoção, doenças sexualmente transmissíveis e a saúde do adolescente brasileiro. Informações e inscrições na Associação Médica de Minas Gerais. Tel. (031) 273-5788 Ramais 23, 38 e 46. Promoção: Sociedade Mineira de Pediatra.

• **I Conferência Internacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids**

De 3 a 6 de abril, em Niterói (RJ). Inscrições: Mauro Romero, à rua 5 de julho, 281 – Niterói – CEP 24.220 – Rio de Janeiro (RJ) – Tel. (021) 710-3176.

• **XVI Congresso de Obstetrícia e Ginecologia Norte-Nordeste**

De 4 a 7 de abril, em Recife (PE). Inscrições: Roberto Rinaldo no tel. (081) 222-2041

• **2º Simpósio Brasileiro de Comunicação em Enfermagem**

De 2 a 4 de maio, em São Paulo (SP). Informações e inscrições na Comissão de Divulgação do Sibracen, na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (USP), Av. Bandeirantes, 3.900 Cep 14.049 – Ribeirão Preto (SP) ou pelo tel. (016) 633-1190 Ramal 40.

• **II Feira Nacional de Biotecnologia (Fenabio 90)**

De 13 a 17 de junho, no Rio de Janeiro (RJ). Inscrições com Maria Lucia Carvalho. Telex 213-3038 ou Tel. (021) 814.7566.

• **II Congresso Nacional de Biotecnologia e I Congresso Latino-Americano de Biotecnologia.**

De 13 a 17 de junho, no Rio de Janeiro (RJ). Inscrições na Rua México, 11 s/ 101 – Castelo – Rio de Janeiro (Rj). Tel. (021) 220-3386

• **1º Congresso Brasileiro de Epidemiologia**

De 2 a 6 de setembro, no Campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tema Central: Epidemiologia e Desigualdade Social: os desafios do final de século. Promoção: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco). Maiores informações pelo tel. (021) 270-9699.

NOTA DA REDAÇÃO:

As instituições interessadas em anunciar seus eventos na SÚMULA devem remeter informações completas sobre eles com um mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência ao RADIS (Av. Brasil, 4036/salas 509/511/513/515 – CEP 21.040 – Manguinhos – Rio de Janeiro).